

361

Revista Portuguesa
de História

Homenagem aos Professores
Luís Ferrand de Almeida
António de Oliveira

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Instituto de História Económica e Social
Coimbra 0304

As elites de Eiras nos finais do século XVIII - percursos e estratégias de afirmação social*

ANA ISABEL RIBEIRO
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

1. Introdução

As representações que o direito e o poder de Antigo Regime tradicionalmente veiculavam, desenhavam uma sociedade de ordens e corpos hierarquizados, assentes na desigualdade perante a lei e no privilégio. Esta graduação desigual dos indivíduos enquanto membros de um grupo com funções diferentemente cotadas aos olhos da comunidade garantia aos grupos, cujas funções e estatuto eram mais elevados, mecanismos que lhes permitiam apropriarem-se dos recursos disponíveis e que dificultavam processos de mobilidade fora do seu âmbito*¹.

* O artigo que agora apresentamos baseia-se largamente na nossa tese de mestrado intitulada *Estruturas, Redes e Dinâmicas sociais. A Comunidade de Eiras nos Finais do Século XVIII*, Coimbra, 2003.

A nossa compreensão da organização social, política e económica da Época Moderna é, sem dúvida, tributária das leituras que fizemos das obras dos Profs. Doutores Luís Ferrand de Almeida e António de Oliveira que nos apontaram modelos de compreensão e temáticas a investigar.

¹ Sobre o modelo de representação social na Época Moderna ver Roland Mousnier, *As Hierarquias Sociais de 1450 aos Nossos Dias*, Europa-América, Lisboa, 1974, pp. 17-21; 57-79; Vitorino Magalhães Godinho, *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, Arcádia, 2ª edição, Lisboa, 1975, pp. 71 -81 ; António M. Hespanha, *As Vésperas do Leviathan. Instituições*

Este modelo, cujas referências ideológicas são tributárias da organização social medieval, apresentava-se inadequado à realidade dos finais do século XVIII. Dentro das Ordens, os estratos modificaram-se resultando em transformações, por vezes, paradoxais - as clivagens entre alguns estratos tomaram-se mais visíveis, traduzindo-se numa diferenciação clara de estatutos e privilégios dentro do mesmo grupo (lembramos, por exemplo, a distância de prestígio e rendimentos entre os Grandes e a nobreza provincial). Por outro lado, as fronteiras entre alguns grupos esbateram-se, os limiares da nobreza alargaram-se, a riqueza foi-se tomando um factor essencial de diferenciação e uma ferramenta cada vez mais eficaz nos processos de ascensão social, embora os “velhos” instrumentos de obtenção de honra e privilégios continuassem a desempenhar uma função importante no trânsito social - falamos da posse da terra, do investimento nos estudos superiores, no serviço do rei, nas carreiras eclesiásticas*².

Mas a nível local, nas pequenas comunidades rurais, organização social espelharia as características do modelo social vigente? Que mecanismos possuía para se reproduzir ou transformar? Pensamos que a forma mais eficaz de encontrar uma resposta a estas questões passa necessariamente por uma incursão na organização e dinâmicas sociais das comunidades que constituíam o Portugal de Antigo Regime, seguindo os percursos de gente concreta no seu contexto quotidiano, lidando com as especificidades locais, tomando decisões que necessariamente envolviam a gestão recursos, influências e relações que visavam garantir o melhor posicionamento possível na sociedade local. Assim seleccionámos uma pequena comunidade, Eiras, e acompanhámos alguns dos seus membros durante um período de cerca 35 anos, procurando compreender a “lógica” subjacente a alguns desses percursos sociais³.

e Poder (Portugal século XVII), pp. 307-324; António de Oliveira, “Poder e Sociedade nos Séculos XVI e XVII”, *História de Portugal*, direcção de João Medina, Vol. VII (Portugal Absolutista), Ediclube, Alfragide, 1993, pp. 11-47; João Pereira Cordeiro, “A Estrutura Social e o seu Devir”, *Nova História de Portugal*, Vol. V (Do Renascimento à Crise Dinástica), direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Editorial Presença, Lisboa, 1998, pp. 277-278 e 283-285; José Damião Rodrigues, “A Estrutura Social”, *Nova História de Portugal*, Vol. VII (Da Paz da Restauração ao Ouro do Brasil), direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Editorial Presença, Lisboa 2001, pp. 404-407; *Idem*, *São Miguel no Século XVIII. Casa, Família e Mecanismos de Poder*, Tomo I, Dissertação de Doutoramento, Ponta Delgada, 2000, pp. 342-344.

² António de Oliveira, “Poder e Sociedade nos Séculos XVI e XVII”, *cit.*, pp. 20-26.

³ A abordagem de percursos de famílias foi já experimentado em diversos estudos de História Social com resultados muito interessantes que permitiram matizar os quadros interpretativos da realidade social portuguesa na Época Moderna. *Vide*, a título de exemplo, André Mansuy-Dinis Silva, “Une Voie de connaissance de la Société Portugaise au XVIIIe Siècle: Les Micro-Biographies (Sources, Méthodes, Étude de Cas)”, *Clio - Revista do Centro de Historia da*

2. A vila de Eiras nos finais do século XVIII

Eiras situa-se em plena região centro, sendo desde 1836 uma das freguesias do concelho de Coimbra. Contudo, durante muitos séculos a sua identidade estruturou-se em moldes bem diferentes - vila com mais de cem fogos⁴, sede de um concelho com juiz ordinário, dois vereadores, um procurador e um escrivão da Câmara, que integrava o termo de Coimbra (que detinha aí jurisdição crime), mas possuindo autonomia no nível (que pertencia ao donatário de Eiras, o Mosteiro de Celas de Coimbra). Era igualmente sede de uma paróquia que abrangia algumas das localidades vizinhas⁵ e centro uma importante circunscrição fiscal de cobrança de sisas sobre bens de raiz⁶. Estas características permitiam-se uma postura de relativa autonomia face à mão tutelar do poderoso município coimbrão, assumindo um claro protagonismo no contexto dos concelhos do termo e até das localidades circunvizinhas.

Universidade de Lisboa, Vol. I, Lisboa, 1979, pp. 21-65, José Damião Rodrigues, *São Miguel no Século XVIII. Casa, Família e Mecanismos de Poder*, cit., *idem*, *Poder Municipal e Oligarquias Urbanas. Ponta Delgada no Século XVII*, Instituto Cultural de Ponta Delgada, Ponta Delgada, 1994, Maria do Rosário Castiço Campos, *Redes de Sociabilidade e de Poder: Lousa no Século XVIII*, Dissertação de Doutoramento, Coimbra, 2003.

⁴ Os róis de confessados existentes no Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC) para a freguesia de Eiras apontam para a vila 113 (1775), 106 (1776) e 112 (1777) fogos.

⁵ A paróquia de Santiago de Eiras era vigararia da apresentação do Mosteiro de Celas. Tinha uma área de cerca de 9 Km², abrangendo cerca de 700 fregueses. Incluía a vila, onde se situava a igreja matriz, os lugares de Casais de Eiras, Vilarinho, Murtal, Escravote, Carvalho e Redonda - lugares que pertenciam ao domínio senhorial de Celas, mas também a outros senhorios como é o caso do Murtal (Igreja de S. Pedro de Coimbra) ou do de Casais de Eiras (Cabido da Sé de Braga). O lugar de Vilarinho dividia-se pelas freguesias de Eiras e Brasfemes, sendo os dízimos aí recolhidos divididos pelas duas paróquias. A referida paróquia rendia ao seu vigário 100.000 réis. Cf. Paulo Dias de Nisa, *Portugal Sacro Profano*, Tomo I, 1767, p. 20.

⁶ O ramo das Sisas de Eiras era extenso, compreendendo uma área de mais de 8 léguas em redor da vila. Abrangia, para além do concelho de Eiras, localidades de outros concelhos do termo como S. Paulo de Frades, Brasfemes, Pedrulha, Torre de Vilela, Cioga do Monte, Antuzede, Alcarraques, penetrando na cidade de Coimbra e seu aro. Destacava-se neste contexto a freguesia de Santa Justa. Esta freguesia albergava boa parte dos Colégios Universitários e o Tribunal da Inquisição, sendo por isso muito povoada e importante no contexto social e económico urbano; o facto de pertencer ao cabeção das sisas de Eiras, era veementemente contestado pelo município coimbrão que, durante os séculos XVII e XVIII, solicitou ao monarca que as sisas a cobrar em Santa Justa e no ramo de Eiras fossem anexadas ao cabeção das freguesias de Coimbra. Cf. Sérgio Soares, *O Município de Coimbra da Restauração ao Pombalismo. Poder e Poderosos na Idade Moderna*, Dissertação de Doutoramento, Coimbra, Vol. I, pp. 68-73 e Ana Isabel Ribeiro, *Op. cit.*, pp. 35-37.

A lógua que separava Eiras de Coimbra levava quem a percorria a deixar um espaço marcadamente urbano e a mergulhar no mundo rural que habitava às portas da cidade. Essa paisagem, nos finais de setecentos, era marcada pela sua posição na fronteira entre as terras do campo e as terras do monte⁷, entre as férteis planícies do Bolão e as serranias que se desenham no horizonte como a de Luzouro, Espinhaço do Cão ou a da Aveleira. Apar com os montes de calcário e margas onde a oliveira e a vinha dominavam, evidenciavam-se os vales suaves que as ribeiras e outros cursos de água tinham esculpido. Aí, os solos férteis permitiam, não só a proliferação de hortas e pomares, mas também o cultivo de cereal⁸.

3. Uma breve perspectiva da estrutura social de Eiras

Na tentativa de caracterizar o percurso de alguns indivíduos e famílias de Eiras, o cruzamento das fontes disponíveis revelou-nos a existência de diferentes estratos, com diferentes capacidades de apropriação dos recursos e controle das instâncias que conferiam o poder e reconhecimento social⁹.

Num primeiro nível vamos encontrar as figuras com estatuto social mais elevado - fidalgos e *ilustríssimos*, como são designados nas fontes. Estes indivíduos, embora ligados a Eiras pelo património fundiário que aí possuíam ou pelos cargos que exerciam, não viviam continuamente na vila. Do grupo elencado, os principais protagonistas foram os Zuzarte. Esta poderosa família de Coimbra teve, sem dúvida, uma influência relevante em Eiras. Os Zuzarte eram fidalgos da Casa Real, tendo recebido a sua carta de brasão em 1723¹⁰.

⁷ Sobre esta dualidade que atravessa muitos pontos da região de Coimbra, *vide* Maria Helena da Cruz Coelho, *O Baixo Mondego nos Finais da Idade Média*, Imprensa Nacional da Casa da Moeda, Vol. I, Lisboa, 1989, pp. 1-5.

⁸ Manuel Dias Baptista, em 1783 numa memória sobre a região de Coimbra, informa-nos que “[] pelo fundo da Ribeira de Eiras, cada alqueire de trigo produz vinte e cinco”, “Ensaio de uma descrição física e económica de Coimbra e seus arredores”, *Memórias Económicas da Academia de Ciências de Lisboa*, Tomo I, Banco de Portugal, Lisboa, 1990, p. 208.

⁹ No acervo documental relativo à vila e paróquia de Eiras estão ausentes as fontes de carácter fiscal que nos poderiam fornecer importantes informações acerca da vida económica e social das suas gentes. A análise dos percursos familiares fez-se, assim, a partir do cruzamento dos dados recolhidos nos registos paroquiais (1740-1805), nos registos notariais de António e Pascoal Gavino (1775-1805), nas actas e termos das vereações da Câmara de Eiras (1755-1767, 1788-1796, 1800-1805), nas visitas pastorais (Devassas na Paróquia de Santiago de Eiras - 1766 e 1776) e róis de confessados da paróquia de Santiago de Eiras (1775-1777).

¹⁰ Cf. Sérgio da Cunha Soares, *O Município de Coimbra da Restauração ao Pombalismo. Poder e Poderosos na Idade Moderna, cit.*, Vol. I, p. 511.

A família, oriunda de Cantanhede, estava há muito instalada em Coimbra, exercendo importantes cargos na cidade, como o de Assistente do Correio mor, de vereador da Câmara, de Escrivão e Provedor da Misericórdia da cidade¹¹. Entre outras propriedades em Vilarinho e Casais de Eiras, a família possuía uma quinta às portas da Eiras, junto à ponte que atravessava a ribeira da vila - a quinta do Paço - onde ocasionalmente residia. A ligação a Eiras estreitou-se quando António Zuzarte Cardoso foi eleito capitão mor, cargo que seu filho manteve até aos anos 80 do século XVIII^{11 12}.

Num segundo nível tínhamos os grandes proprietários de Eiras. O seu poder era sustentado por importantes patrimónios fundiários e pelo exercício de cargos militares (como capitães de Ordenanças), na Câmara (como juízes Ordinários) ou no domínio fiscal (como depositários das Sisas dos Bens de Raiz). Estavam também presentes nas confrarias mais importantes como juízes¹³. Nota-se um

¹¹ Temos notícia dos Zuzarte em Coimbra, pelo menos desde 1628, ano em que Francisco Cardoso Zuzarte casou com Isabel Maldonado, na freguesia de Santa Cruz. Isabel era filha de Agostinho Maldonado, tabelião de Notas proprietário e escrivão da receita do Hospital da Universidade, residente na cidade. Aliás Francisco Zuzarte exerceu o ofício do sogro antes de se tomar assistente do Correio Mor em Coimbra. Este ofício manteve-se na família por seis gerações - só em 1813 é que as atribuições postais deixam de estar ligadas à família Zuzarte. Sobre a família Zuzarte *vide* Godofredo Ferreira, *Assistentes do Correio Mor do Reino em Coimbra*, separata do Guia Oficial dos CTT, Lisboa, 1966, pp. 47-91 e Maria Antonia Lopes, “Provedores e Escrivães da Misericórdia de Coimbra de 1700 a 1910. Elites e Fontes de poder”, neste Tomo da *Revista Portuguesa de História*.

¹² Não sabemos quando António Zuzarte Cardoso foi eleito capitão mor da vila, aparecendo associado ao cargo desde os anos 50 do século XVIII. Cf. AUC, *Registos Paroquiais da Freguesia de Eiras, Baptismos*, assento de 4 de Outubro de 1753. Após a sua morte, em 1776, o seu filho Francisco Zuzarte de Quadros Meneses toma-se também capitão mor de Eiras. Arquivo Histórico Municipal de Coimbra (AHMC), *Actas e Termos das Vereações da Câmara de Eiras*, 1777.

O estreitamento de laços é visível nas cerimónias que a família realizou na vila - em 10 de Fevereiro de 1772, José Zuzarte de Quadros, filho de António Zuzarte Cardoso casou com sua prima, D. Joana Madalena da Silva e Quadros. AUC, *Registos Paroquiais da Freguesia de Eiras, Casamentos*, assento de 10 de Fevereiro de 1772. Um ano depois, o mesmo José Zuzarte baptizou na capela de Santa Catarina na quinta do Paço, a sua filha, D. Brites de Patrocínio e Quadros e, em 8 de Setembro de 1776, Fernando, seu segundo filho. António Zuzarte Cardoso acabou por falecer na vila no dia 25 de Dezembro de 1776 e nela foi enterrado. AUC, *Registos Paroquiais de Eiras, Baptismos*, assentos de 13 de Abril de 1773 e de 8 de Setembro de 1776; AUC, *Registos Paroquiais de Eiras, Óbitos*, assento de 25 de Dezembro de 1776.

¹³ Em Eiras existiam duas confrarias e duas irmandades ligadas às devoções fundamentais da vila, representadas nos altares da Matriz e capelas próprias. Falamos das Confrarias de Nossa Senhora do Rosário e de S. Tiago (orago da paróquia) e das irmandades do Senhor Salvador do Mundo e do Santíssimo Sacramento. A mais antiga e importante era, sem dúvida, a do Santíssimo Sacramento que possuía uma capela própria no centro da vila. A par da irmandade do Senhor Salvador do Mundo, a do Santíssimo Sacramento era a que apresentava uma organização mais

claro interesse em acumular cargos, especialmente de eleição, que lhes potenciava a influência junto da população e a capacidade de aumentar a sua riqueza. Neste grupo, encontramos também alguns indivíduos que foram detentores de cargos importantes na hierarquia eclesiástica (Cónegos, Vigários Gerais, Secretários da Inquisição) que, apesar de ausentes da vila por longos períodos, mantinham com esta importantes ligações, canalizando para Eiras recursos significativos ao adquirirem património na vila e seus limites e no Campo do Bolão, espaço privilegiado de compra de terra da elite de Eiras.

Num terceiro nível, estavam os lavradores abastados e a maioria dos eclesiásticos oriundos ou residentes na vila de Eira. Continuamos dentro de estratos sociais que procuravam o exercício de cargos de eleição e de cargos patrimoniais. Marcam também presença nas confrarias e irmandades, mas ocupando cargos menos importantes que os desempenhados pelo grupo referido anteriormente (por exemplo servindo como procuradores ou apenas como mordomos). Estes lavradores e eclesiásticos possuíam terra, obtida por herança, por compra de domínio útil ou através de aforamento, que exploravam recorrendo a criados ou a mão de obra contratada. Alguns dos indivíduos que encontramos neste nível eram filhos e netos dos membros do estrato precedente. Esta situação pode ser explicada, a nosso, ver, pela divisão do património familiar, resultado de um sistema de partilhas igualitário, que dividia terra e fragmentava o poder da família. No entanto, esses filhos depressa reconstruíam percursos de influência, acabando muitos deles por conquistar um lugar nos estratos mais importantes da sociedade local.

O estrato seguinte integrava os pequenos lavradores e artesãos. Neste quarto nível podíamos encontrar indivíduos cujo acesso à propriedade se fazia também pelo aforamento ou compra de domínio útil de terra. Regista-se, igualmente, a sobreposição da actividade artesanal com actividades ligadas à agricultura: muitos dos artesãos aparecem nas notas do tabelião de Eiras a comprar ou vender terra ou a realizar contratos de aforamento. Os indivíduos pertencentes a este estrato, quando integravam a administração municipal ocupavam normalmente o cargo de almotacé, mas, esporadicamente, eram eleitos para os cargos de procurador e vereador. Estavam presentes nas confrarias e irmandades como mordomos e procuradores.

estruturada que incluía os cargos de juiz, escrivão e procurador. Nas confrarias de Nossa Senhora do Rosário e de S. Tiago, a documentação não especifica a existência de uma estrutura semelhante, apenas a presença de mordomos que assumiam a gestão da agremiação e o cumprimento das suas funções cultuais e assistenciais.

Abaixo deste nível encontramos os trabalhadores agrícolas. Numa comunidade rural, como era Eiras no século XVIII, constituíam um elemento fundamental do tecido produtivo¹⁴. Não estamos a falar de trabalhadores sazonais, mas de uma mão de obra continuamente contratada para as fainas agrícolas ao longo do ano e que, por isso, não demonstra a mobilidade típica dos trabalhadores rurais de outras zonas do país¹⁵. A sua cotação social permitia-lhes servir esporadicamente no cargo de almotacé e até de procurador do Concelho. Alguns destes trabalhadores conseguem ao longo do seu período de vida ascender a níveis sociais superiores, tomando-se pequenos lavradores com terra aforada.

Num sexto nível estavam os criados domésticos e de lavoura. Este grupo vivia no fogo de quem os empregava, sendo constituído por homens e mulheres jovens e solteiros. Pensamos que, no momento que reuniam as condições financeiras para casar, passariam a trabalhadores agrícolas¹⁶.

No final desta cadeia encontramos a presença, quase residual, de escravos, detectados em dois fogos da vila de Eiras, onde provavelmente desempenhariam funções domésticas¹⁷.

¹⁴ A análise do rol de confessados do ano de 1776, revela-nos o peso deste grupo no contexto social local. Dos 106 chefes de fogos da vila, 14 (13,2%) são trabalhadores agrícolas. Cf. Ana Isabel Ribeiro, *Op. cit.*, pp. 120-121.

¹⁵ Cf. José Damião Rodrigues, “A Estrutura Social”, *cit.*, pp. 437-438.

¹⁶ Temos pouca informação sobre os criados que as fontes tratam apenas pelo primeiro nome. Mas se tivermos em conta o que Guilhermina Mota afirma para o espaço do Bispado de Coimbra em 1801, estes criados seriam jovens, solteiros, sendo a situação profissional transitória - “Empregam-se à soldada até se instalarem. Quando casam ou atingem a maioridade, criam o seu próprio lar, passando eventualmente a trabalhar terra sua, ou passando à condição de jornaleiros”. Cf. Guilhermina Mota, “Estruturas Familiares no Mundo Rural. Grupos Domésticos no Bispado de Coimbra em 1801”, *Revista Portuguesa de História*, Tomo XXIV, Coimbra, 1988, pp. 33-34.

¹⁷ Na vila de Eiras apenas temos notícia de dois fogos com a existência de escravos - o de Luís Marques Cardoso e o de Manuel Femandes Comprido. Luís Marques Cardoso era senhor de Caetana, escrava negra, baptizada já adulta, cuja madrinha foi uma das filhas do seu amo. AUC, *Registos Paroquiais da Freguesia de Eiras, Baptismos*, assento de 21 de Novembro de 1753. Manuel Femandes Comprido tinha uma escrava chamada Mariana de Jesus. AUC, *Róis de Confessados, Freguesia de Eiras, 1775-1777*.

No que toca à freguesia o seu número é mais elevado. Entre 1766 e 1777, existem referências a 5 escravos repartidos por 3 fogos. Assim, detectámos Agostinha, escrava de António de Sousa, residindo na quinta de António Zuzarte Cardoso, em Vilarinho; Maria, Domingos e João no fogo de D. Antonia, também de Vilarinho e João, escravo de António Femandes, residente nas azenhas do Escravote. AUC, *Registos Paroquiais da Freguesia de Eiras, 1766-1777*; AUC, *Róis de Confessados da Freguesia de Eiras, 1775-1777*. Sobre os escravos residentes em meio urbano vide Francisco Ribeiro da Silva, *O Porto e o seu Termo (1580-1640). Os Homens, as Instituições, o Poder*. Vol. I, Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto, Porto, 1988, pp. 324-327.

As famílias que analisaremos pertenciam às “elites locais”¹⁸, os grupos restritos que possuíam os mecanismos para se apropriarem dos recursos disponíveis e controlarem os circuitos do poder - na linguagem dos documentos da época “as gentes principais da vila”, ou seja, indivíduos e famílias que se inseriam no nível 2 da estratificação que propusemos - os grandes proprietários e eclesiásticos de Eiras.

Na sua análise dos percursos geracionais tivemos em consideração alguns indicadores de apropriação de recursos, poder e prestígio na comunidade:

- acesso à propriedade e constituição de património;
- apropriação de cargos e ofícios locais;
- estratégias ascensão, consolidação e reprodução de estatuto: alianças matrimoniais, apadrinhamentos, investimento nos estudos superiores e carreiras eclesiásticas.

4. As principais famílias de Eiras e a suas redes de relações

ã) Os Campos Branco

Esta foi uma das principais famílias da vila de Eiras, cujos membros assumiram protagonismo decisivo na comunidade. A figura central da família foi o João de Campos Branco que casou no final dos anos 30 do século XVIII com Maria Josefa Branca, filha do então capitão de Ordenanças da vila, Manuel Gomes Parente. João de Campos Branco era um lavrador abastado, rendeiro do Mosteiro de Celas e o casamento com a filha de um capitão ter-lhe-à facilitado a sua própria eleição - nas fontes compulsadas aparece como capitão de Ordenanças, pelo menos, desde 1741, ano em que também é eleito juiz Ordinário da vila. Até à sua morte, que ocorreu em 2 de Julho de 1777¹⁹, manteve uma presença constante na administração de Eiras, aparecendo a sua assinatura em muitas sessões da vereação, apesar de divergências com o vigário o terem levado a desanexar-se da paróquia²⁰. Mais do que a figura tutelar do capitão João de Campos, interessa conhecer a família que fundou com Maria Josefa (árvore

¹⁸ Sobre conceito de elite enquanto categoria de análise histórica *vide* Nuno Gonçalo Monteiro, “Elites Locais e Mobilidade Social em Portugal nos Finais do Antigo Regime”, *Análise Social*, Vol. XXXII (141), Lisboa, 1997, pp. 339-345; José Damião Rodrigues, *S. Miguel no Século XVIII...cit.*, Tomo I, pp. 353-356.

¹⁹ AUC, *Registos Paroquias da Freguesia de Eiras, Óbitos*, assento de 2 de Julho de 1777.

²⁰ Segundo testemunhas da devassa realizada aquando da visita pastoral de 1766 à paróquia de Eiras, João de Campos Branco e a sua família haviam-se desanexado da paróquia por profundas divergências com o vigário Luís Barreto de Figueiredo Castilho. Segundo João Camelo Mendonça, testemunha na referida devassa, a relação entre o capitão e o vigário havia “azedado” ao ponto

genealógica nº 1). Deste casamento temos notícia de dez filhos - Joaquina, Rosa, Maria Josefa, Antonia Joaquina, Mariana Teresa, Bernarda Teresa, Catarina, Francisco, Antonio e José de Campos. As raparigas, à excepção de Catarina que morre ainda criança, fizeram casamentos com filhos de lavradores abastados - Maria Josefa Branca contraiu matrimónio com o filho do tenente Manuel Marques Carrasco, Simão Pedro Marques, alferes da companhia de Ordenanças de João de Campos Branco, homem da governança²¹, proprietário de casas e muitas parcelas de terra em Eiras e seus limites. Bernarda Teresa casou com João Correia da Fonseca, também natural de Eiras, e capitão de Ordenanças. Antonia Joaquina e Mariana Teresa desposaram dois irmãos do Lordemão - Joaquim José da Silva e José de Jesus da Silva. No que toca a Rosa de Campos, casou, em 1766, com António Simões de Carvalho de Eiras, tendo enviuvado antes 1772²².

No que diz respeito aos filhos, Francisco de Campos Branco desposou Maria de Santa Rosa Carvalho, filha do importante lavrador de Eiras e rendeiro do Mosteiro de Celas, Luís de Carvalho. Os outros rapazes foram encaminhados para a carreira eclesiástica, tendo também cursado Cânones na Universidade. Foram colados em importantes benefícios eclesiásticos - António de Campos Branco no Cabido da Sé de Coimbra como cônego meio prebendado²³ e José de Campos Branco, gozando da protecção de seu irmão, tomou-se beneficiado da Colegiada da Igreja de S. Salvador de Coimbra²⁴.

do eclesiástico ter excomungado António Pereira da Cruz, barbeiro, por este se ter atrasado para a confissão por ter estado a fazer a barba ao capitão. AUC, *Visitas Pastorais, Devassa do Vouga, Freguesia de Eiras, 1166*, fl.300.

²¹ Simão Pedro Marques serviu na governança, como juiz Ordinário, nove vezes (1775, 1779, 1780, 1784, 1785, 1786, 1787, 1792 e 1797).

²² Num assento de baptismo, no qual participou como madrinha, vem referido que era viúva. AUC, *Registos Paroquiais da Freguesia de Eiras, Baptismos*, assento de 7 de Abril de 1772.

²³ António de Campos Branco, nascido a 5 de Setembro de 1726, ingressou na vida eclesiástica em 1749 com um dote de património em bens de raiz, doado pelos seus pais, no valor de 400.000 réis, rendendo anualmente 27.000 réis. Em 1751, as fontes revelam que era subdiácono, tendo-se ordenando pouco depois. No ano de 1756, toma-se meio cônego prebendado da Sé de Coimbra por renúncia do meio cônego Francisco da Silva Gomes. No entanto, só começa a receber a sua respectiva prebenda a partir de Julho de 1759. AUC, *Ordenações Sacerdotais, António de Campos Branco, 1749-1751*; AUC, *Acordos do Cabido da Sé de Coimbra, 1756*, ffs. 152v-153v, 180v-182.

²⁴ O dote de Património de José de Campos Branco foi constituído por seu irmão, António de Campos, em 1772. José de Campos recebeu as Ordens Menores em 1758 e as Ordens Maiores em 1773. Deve ter sido colado no seu benefício no início dos anos 80, pois, nas fontes só ostenta o título de “reverendo beneficiado” a partir de 1785. AUC, *Ordenações Sacerdotais, José de Campos Branco, cx. 762, nº 1*; AUC, *Registos Paroquiais da Freguesia de Eiras, Baptismos, 1785-1805*.

Antonio de Campos Branco foi, tal como seu pai, uma figura marcante na sociedade de Eiras. O Cónego era uma das pessoas mais abastadas da vila de Eiras, possuindo um importante património fundiário e uma avultada liquidez que lhe permitia desenvolver uma intensa actividade creditícia²⁵. Entre 1770 e 1786 concedeu empréstimos no valor de 21.352.470 réis, realizando cerca de 695 empréstimos, tomando-se o mais importante credor privado de Eiras²⁶. Entre os devedores de Antonio de Campos Branco encontravam-se pessoas oriundas não só de Eiras e localidades limítrofes, como de outros pontos mais distantes da região (Souselas, Bostelim, Figueira do Lorvão, Monte Redondo ou Murtede), assim como da cidade de Coimbra²⁷. O prestígio e poder da sua condição levou a que fosse muito solicitado para apadrinhar na comunidade - entre 1743 e 1785 foi padrinho de vinte e seis crianças, oriundas de todos os estratos sociais da vila. Entre os seus afilhados encontramos, por exemplo, filhos de António Lopes da Silva (que vivia das suas fazendas), do capitão João de Campos Branco²⁸, do Dr. Manuel Álvares da Cruz, do alferes de João

²⁵ Entre Julho de 1759 (data em que começa a receber a sua meia prebenda) e 1 de Julho de 1786 (data do seu falecimento), António de Campos Branco recebeu do Cabido da Sé de Coimbra, entre a prebenda mensal, festas e distribuições adicionais de rendimentos, 9.113.668 réis. O inventário realizado após a sua morte apurou que o seu património em bens imóveis, móveis, dívidas activas e dinheiro ultrapassava os 26.000.000 de réis. AUC, *Livros dos Mesados dos Cónegos*, 1759-1786, AUC, *Inventários Orfanológicos, António de Campos*, 1786-1795, 13v-119v.

²⁶ Dos 695 empréstimos realizados pelo cónego, só 80 foram registados em notário sob a forma de escrituras de juro ou de confissão de dívida, o que nos leva a concluir que a maioria do crédito concedido pelo cónego assumia um carácter informal, assentando na palavra dada e no conhecimento interpessoal. A predominância do crédito informal também é clara nos quantitativos emprestados - as 80 escrituras de juros representavam 2.208.260 réis e os 615 escritos e referências a crédito informal 19.144.210 réis. AUC, *Inventários Orfanológicos, António de Campos*, 1786-1795, 13v-119v. Sobre a problemática do crédito em Portugal no Antigo Regime, ver Maria Manuel Rocha, “*Actividade Creditícia em Lisboa(1770-1830)*”, *Análise Social*, Vol. XXXI, 136/137, 1996, pp. 579-598, *Idem*, *Crédito Privado em Perspectiva Comparada (Séculos XVII-XIX)*, Gabinete de História Económica e Social, Instituto Superior de Economia e Gestão, Lisboa, 1998, *Idem*, *Viver a Crédito: Práticas de Empréstimo no Consumo Individual e na Venda a Retalho (Lisboa, Séculos XVIII e XIX)*, Gabinete de História Económica e Social, Instituto Superior de Economia e Gestão, Lisboa, 1998, Inês Amorim, “*Gestão Patrimonial e Estruturas Creditícias: a Misericórdia de Aveiro e o Convento das Carmelitas de Aveiro, no Século XVIII*”, *XXII Encontro APHES - Empresas e Instituições em Perspectiva Histórica*, Aveiro, Novembro de 2002 (edição em CD-ROM).

²⁷ António de Campos Branco empresta avultadas somas a membros de algumas das mais importantes famílias da cidade (como por exemplo os Zuzarte ou os Coutinho Forjaz), assim como a alguns dos seus companheiros de Cabido (ex. o meio cónego Tomás da Silva Câmara). AUC, *Inventários Orfanológicos, António de Campos*, 1786-1795, fis. 22, 29, 30, 36,45v, 48, 84, 87, 94.

²⁸ Tratavam-se, obviamente, de irmãos de António de Campos Branco.

Camelo Mendonça, do ajudante Manuel Marques de Carvalho, do boticário António José Pessoa e do alfaiate Luís Marques de Matos²⁹. Seguindo as pisadas de seu irmão o reverendo beneficiado José de Campos Branco apadrinhou, também, com frequência - entre 1760 e 1792, 19 crianças³⁰.

Amorte António de Campos Branco, em 1786³¹, abriu um profundo conflito no seio da família. As partilhas da fortuna do cônego mostraram-se difíceis, opondo Francisco de Campos Branco, Maria Josefa de Campos (casada com o alferes Simão Pedro Marques), Rosa de Campos e Joaquina de Campos às suas irmãs Bernarda Teresa (casada com o capitão João Correia da Fonseca), Mariana de Campos (mulher de José Jesus da Silva) e Antonia de Campos (casada com Joaquim José da Silva)³². A facção menos beneficiada da distribuição de bens, representada por Francisco de Campos e seu cunhado Simão Pedro Marques não aceitava o testamento, nem o designado cabeça de casal, João Correia da Fonseca. O conflito acabou por ser dirimido na justiça, arrastando-se nos tribunais régios e eclesiásticos por quase dez anos³³.

²⁹ AUC, *Registos Paroquiais da Freguesia de Eiras, Baptismos*, 1754-1785.

³⁰ AUC, *Registos Paroquiais da Freguesia de Eiras, Baptismos*, 1760-1792.

³¹ AUC, *Registos Paroquiais da Freguesia de Eiras, Obitos*, assento de 1 de Julho de 1786.

³² Nas suas disposições testamentárias, o cônego beneficiava essencialmente as suas irmãs Antonia, Bernarda e Mariana de Campos a quem legava todo o seu património, com excepção de uma quinta nos Casais de Eiras e uma fazenda no Cordavão, (constituída por terra de sementeira, azenhas e lagar de azeite) que deixava ao seu irmão José de Campos com a obrigação deste sustentar uma irmã solteira chamada Joaquina, 300.000 réis em missas de esmola pela salvação de sua alma e de seus pais e o perdão de uma dívida no valor 200.000 réis contraída por seu irmão Francisco de Campos Branco. As irmãs Rosa e Maria Josefa de Campos ficavam excluídas da repartição do património do meio cônego, AUC, *Inventários Orfonológicos, Eiras, António de Campos*, 1786-1795, 7-llv.

³³ Em 1795, Rosa de Campos desiste da acção que, segundo a fonte, ainda decorria no Tribunal do Santo Ofício de Lisboa. Cf. AUC, *Livro de Notas de Pascoal Gavino*, escritura de desistência de causa, de 3 de Janeiro de 1795. A questão foi, no entanto, ter sido resolvida nesse mesmo ano, visto existir um recibo passado por Mariana de Campos ao Capitão João Correia da Fonseca sobre 815.000 réis. Segundo a escritura, a importância em questão era parte do valor que esta deveria receber como herdeira do cônego. AUC, *Livro de Notas de Pascoal Gavino*, Recibo e quitação de pagamento, de 2 de Novembro de 1795. Esta distribuição de parcelas da herança continuará nos anos seguintes. Em 1797, Mariana Teresa de Campos voltou a receber 305.092 réis da herança (AUC, *Livro de Notas de Pascoal Gavino*, Recibo de pagamento de 22 de Março de 1797). Em 1799, há nova distribuição de parcelas da herança; desta vez coube a Mariana de Campos 26.900 réis e a seus sobrinhos, o reverendo Bernardo Esteves de Matos e Silva e seu irmão José Joaquim de Campos (filhos de Antonia Joaquina de Campos, sobrinhos do falecido cônego) 53.790 réis. Já Josefa de Campos e seu marido Simão Pedro Marques receberam também 13.440 réis (segundo a fonte destinados à sua sobrinha Ana Joaquina de Campos). O próprio capitão João Fonseca Correia ficou com 53.790 réis. AUC, *Livro de Notas de Pascoal Gavino*, Recibo e quitação de pagamento, de 22 de Dezembro de 1799.

A primeira descendência de Campos Branco seguiu, no seu percurso de vida, linhas que conduziram a percursos sociais ascensionais, recorrendo a estratégias típicas de Antigo Regime para esse fim - os estudos superiores³⁴, mas sobretudo a carreira eclesiástica. A vida no seio do clero continuou a ser uma estratégia de família, já que dois dos netos do capitão João de Campos Branco tomaram-se eclesiásticos. Falamos de Joaquim de Campos Branco (filho de Simão Pedro Marques e de Maria Josefa Campos) e Bernardo António da Silva Esteves (filho de Mariana de Campos e José Jesus da Silva)³⁵.

Mas, para além de uma circulação geracional de carreiras eclesiásticas, assistimos, também, a uma circulação de cargos militares na família - dois dos genros de João de Campos Branco estiveram ligados às Ordenanças - João Correia da Fonseca, como capitão, e Simão Pedro Marques como alferes. Os filhos destes, Manuel dos Santos e João Fonseca Correia de Campos tomaram-se também alferes de Ordenanças - o que prova que, apesar dos cargos militares serem de eleição, acabavam por funcionar como uma espécie de cargos de carácter patrimonial, uma vez que os familiares que haviam sido militares eram invocados como condição favorável para a eleição que assim ficava facilitada.

No que toca a estratégias matrimoniais, a terceira geração de Campos Branco apura o seu mercado matrimonial, ligando-se às mais importantes famílias de Eiras, estreitando os laços de sangue entre a elite da vila. Assim, António Marques de Campos, filho de Maria Josefa Campos e Simão Pedro Marques casou com uma filha de António Lopes da Silva (árvore genealógica nº 4/A). Josefa Teresa de Campos Silva, filha de Mariana de Campos e José Jesus da Silva, contraiu matrimónio na família Marques Oliveira, tendo como marido um filho do Capitão João Félix Pereira e de Josefa Teresa de Oliveira, falamos de António Joaquim Pereira de Oliveira (árvore genealógica nº 3/B). Os filhos de Bernarda Teresa de Campos e do Capitão João Correia da Fonseca tiveram como esposas senhoras oriundas de Eiras - o Dr. Manuel Correia da Fonseca casou com uma

³⁴ Sobre os estudos universitários como “ferramenta” de mobilidade social *vide* Fernando Taveira da Fonseca, *Universidade de Coimbra - 1700-1771 (Estudo Social e Económico)*, Por Ordem da Universidade, Coimbra, 1995.

³⁵ Joaquim de Campos Branco recebeu as ordens menores em 1778 e os seus pais constituíram-lhe dote de património em 1785, no valor de 400.000 réis. Segundo as fontes, não tomou as Ordens Sacras, tendo falecido em 1798. AUC, *Livro de Notas de Pascoal Gavino, 1785*, fis. 118v-121; AUC, *Registos Paroquiais da Freguesia de Eiras, Óbitos*, 28 de Janeiro de 1798. Já Bernardo da Silva Esteves prosseguiu uma carreira universitária, doutorando-se em Cânones e tomando-se opositor às Cadeiras da Universidade. AUC, *Registos Paroquiais da Freguesia de Eiras, Baptismos*, 1801-1803.

filha do médico António Luís da Costa Pacheco, D. Teresa Angélica Claudina da Maia Pacheco (árvore genealógica nº5/A). e o seu irmão, o alferes João Correia Fonseca de Campos desposou uma neta do Dr. Manuel Álvares da Cruz, D. Maria Joana Álvares Amaral Lopes Bernardes (árvore genealógica nº6).

b) Os Marques de Oliveira

Esta família assumiu também um papel importante em Eiras. O seu chefe, o tenente de Infantaria Manuel Marques Carrasco, era filho de um pequeno lavrador de Eiras, João Marques Carrasco. O tenente passou parte da sua juventude ao serviço das tropas de linha, tendo feito comissão, pelo menos, nas praças de Almeida e Buarcos³⁶. É neste tempo que desposa uma jovem natural de Lamego, Maria Luisa de Oliveira com quem teve 10 filhos: 3 rapazes (Feliciano Marques de Oliveira, Simão Pedro Marques e António José Marques de Oliveira) e 7 raparigas (Maria Joana do Rosário, Isabel Teresa, Joana Maurícia, Teresa Tomásia, Antonia Maria, Josefa Teresa e Ana), das quais sobreviveram apenas quatro (Maria Joana, Isabel Teresa e Ana morrem muito jovens³⁷). Segundo documentos provenientes do processo de Ordenação de António José Marques de Oliveira, assegurar a subsistência de tão numerosa família era tarefa árdua : *(^c [estando seu pai, Manuel Marques Carrasco] assistindo em sua occupação na referida Praça [Buarcos], ficando a sua familia dezamparada, a qual não he menos de outo fdhos com o suplicante, todos mais pequenos e de menor idade e que mais he serem delles quatro femeas e estar seo pay já velho e com achaques adquiridos ao serviço de Sua Magestade, que Déos o guarde, na Praça de Almeida aonde nas guerras foi soldado e tenente de infantaria, em cujo cargo foi reconduzido no tempo das pazes na dita praça... ”*³⁸

No entanto, o tenente aparece nas décadas seguintes como um abastado lavrador, liderando um conflito com as feiras de Celas, a propósito da validade dos seus direitos jurisdicionais sobre a vila³⁹ e participando na “governança”⁴⁰, tendo vindo a falecer em 1766⁴¹. A sua geração tomou rumos distintos - Feliciano

³⁶ AUC, *Ordenações Sacerdotais*, António José Marques de Oliveira, cx. 762, nº1.

³⁷ AUC, *Registos Paroquiais da Freguesia de Eiras, Óbitos*, assentos de 28 de Maio de 1747, 29 de Junho de 1756 e 10 de Março de 1772.

³⁸ AUC, *Ordenações Sacerdotais*, António José Marques de Oliveira, cx. 762, nº1. A declaração do Ordinando data do ano de 1735.

³⁹ Sobre este conflito ver Ana Isabel Ribeiro, *Op. cit.*, pp. 27-28.

⁴⁰ Foi juiz Ordinário em 1757. AHMC, *Actas e Termos da Vereação da Câmara de Eiras*, 1757.

Marques de Oliveira foi viver para Coimbra, para a Rua da Sofia, tomando-se mercador, Simão Pedro Marques conseguiu o posto de alferes de urna das companhias de Ordenanças da vila, tendo desempenhado um papel especialmente activo na administração municipal de Eiras, servido, como já foi referido, como juiz Ordinário, nove vezes. António José Marques de Oliveira, bacharel em Cânones, seguiu para a vida eclesiástica como sacerdote do hábito de S. Pedro⁴¹ ⁴². Não temos notícia que tenha sido colado em nenhum benefício, exercendo o ministério na paróquia de Eiras, na ausência do seu vigário, como aconteceu entre 1773 e 1775.

As raparigas da família, à excepção de Teresa Tomásia, foram encaminhadas para o casamento. Antonia Maria desposou Manuel Marques Gregorio, lavrador abastado de Eiras; Joana Maurícia e Josefa Teresa tiveram como maridos dois bacharéis, o Dr. Ivo José de Almeida, advogado de Coimbra e o Dr. João Félix Pereira, natural de Maiorca⁴³. Apesar de não ser natural da vila, o Dr. João Félix Pereira, conseguiu uma perfeita integração, exercendo cargos importantes como o de depositário das Sisas dos Bens de Raiz (entre 1788 e 1793), o que atesta, não só o seu prestígio, mas sobretudo, a sua condição económica, uma vez que, para este tipo de cargos, só eram eleitas pessoas “abonadas”. Em 1794 atingiu o posto de capitão de Ordenanças, na sequência da morte do Capitão António José de Oliveira, seu sobrinho. Na apreciação que seguiu para a província militar era descrito como sendo “...assistente na vila, com tratamento de lente, bestas na estrebaria, boa idade que não excede os quarenta e oito anos. Terá de seo dous contos de reis. He de bons costumes e de geral estimação; he muito hábil e bem quisto do povo”⁴⁴.

A segunda geração da família revela já uma posição mais consolidada na sociedade de Eiras, tributária, sem dúvida, das alianças matrimoniais da geração anterior. Um dos filhos escolheu como destino uma formação eclesiástica (Joaquim de Campos Branco), o outro, Manuel dos Santos tomou-se alferes de Ordenanças. Já António Marques de Campos estabeleceu-se como lavrador, tendo contraído matrimónio com uma das filhas do abastado António Lopes da

⁴¹ AUC, *Registos Paroquiais da Freguesia de Eiras, Óbitos*, assento de 13 de Dezembro de 1766.

⁴² AUC, *Ordenações Sacerdotais*, António José Marques de Oliveira, cx. 762, nº1.

⁴³ Josefa Teresa de Oliveira e João Félix Pereira casaram em 27 de Fevereiro de 1770. Temos referências que foram residir para Maiorca, voltando a Eiras em 1786. AUC, *Registos Paroquiais da Freguesia de Eiras, Baptismos*, 1776-1786.

⁴⁴ AHMC, *Actas e Termos da Vereação da Câmara de Eiras*, 1794, fl. 18v.

Silva, ligando a família Oliveira a uma outra importante família de Eiras. O filho de Antonia Maria de Oliveira, Antonio José Oliveira, eleito capitão de Ordenanças, morreu prematuramente em 1794⁴⁵, abrindo o caminho para a eleição de seu tio, o Dr. João Félix Pereira, mantendo, desta forma, o cargo na família. Este jovem capitão foi também juiz Ordinário (1792) e juiz da Irmandade do Santíssimo Sacramento de Eiras (1793), onde já havia sido procurador no ano de 1777.

Os filhos de João Félix Pereira seguiram estratégias matrimoniais distintas. António Joaquim Pereira de Oliveira reforçou as ligações de sangue com a família Campos Branco, desposando Josefa Teresa de Campos, filha de Mariana Teresa de Campos e neta do Capitão João de Campos Branco (árvore genealógica nº3/C). Joana Emigdia Pereira de Oliveira acabou por se ligar a um viúvo abastado, António Nunes, rendeiro do Mosteiro de Celas e natural daquele burgo⁴⁶ (árvore genealógica nº3/C). Desde o início dos anos 90 que António Nunes encetara um processo de integração na comunidade, tomando-se mordomo da confraria de Nossa Senhora do Rosário e adquirindo diversas propriedades na vila e seus limites. Entre 1795 e 1799 fez diversas compras de propriedades, destacando-se um olival, localizado em *Sessem*, que adquiriu a Manuel Rodrigues Moço por 100.000 réis⁴⁷. Nesses anos, António Nunes e a sua primeira mulher haviam apadrinhado 4 crianças, uma das quais neta do alferes Simão Pedro Marques⁴⁸. Esta presença em actos fundamentais do quotidiano da vila e a sua função de rendeiro, facilitaram-lhe o contacto com a família Marques de Oliveira. Depois do segundo casamento, e da sua fixação em Eiras, passou a exercer cargos na comunidade como o de escrivão da irmandade do Santíssimo Sacramento (1796-1804). Este cargo e as novas ligações familiares permitiram que reunisse o reconhecimento social que contribuiu para a sua eleição como alferes no ano de 1803.

⁴⁵ António José de Oliveira havia nascido em 1760, tendo portanto 34 anos na data da sua morte. AUC, *Registos Paroquiais da Freguesia de Eiras, Baptismos*, assento de 14 de Junho de 1760 e *Óbitos*, assento de 24 de Junho de 1794.

⁴⁶ António Nunes enviuvara, em 30 de Junho de 1799, de sua mulher Maria Joana, casando nesse mesmo ano, no mês de Setembro com Joana Emigdia. AUC, *Registos Paroquiais da Freguesia de Eiras, Óbitos*, assento de 30 de Junho de 1799 e *Casamentos*, assento de 17 de Setembro de 1799.

⁴⁷ AUC, *Livro de Notas de Pascoal Gavino*, escritura de 12 de Abril de 1799, fis. 128-130v.

⁴⁸ Tratou-se de uma filha de António Marques de Campos e Maria da Silva. AUC, *Registos Paroquiais da Freguesia de Eiras, Baptismos*, Assento de 26 de Outubro de 1795.

c) *Os Correia da Fonseca*

A par dos Campos Branco e Marques de Oliveira, uma outra influente família eram os Correia da Fonseca. Não sendo uma família muito alargada, conseguiu um lugar destacado na sociedade de Eiras devido aos cargos que os seus membros exerceram e que lhes permitiram apropriar-se de importantes recursos dentro e fora da comunidade. Bento Marques da Cunha do Cristo ou do Santo Cristo era já na primeira metade do século XVIII, uma figura importante da vila. Lavrador abastado, envolveu-se entre 1741 e 1744 num aceso pleito com as freirás de Celas, a propósito da obrigação imposta pelas donatárias da produção do azeite local ser feita exclusivamente no lagar do Mosteiro. Bento Marques havia feito o seu azeite no lagar do Duque de Aveiro, o que lhe valera um processo nos tribunais régios que acabou por perder, ficando obrigado a indemnizar o Mosteiro. Através dos tramites da questão, ficamos a conhecer algumas das suas relações mais próximas - João de Campos Branco que, como juiz Ordinário, ditara uma primeira sentença que lhe era favorável, mas também Francisco Gomes da Costa, escrivão das Proprietário do Ofício das Sisas dos Bens de Raiz, Bento Marques Cunha, alferes de Ordenanças, Manuel Marques da Rocha e Luís Marques Cardoso, Bernardo Boto, João Marques Carrasco, lavradores abastados⁴⁹ - mas também os trabalhadores que trazia à soldada e que testemunharam a seu favor: Manuel da Cruz, António da Cunha Leite, Salvador Marques, Manuel Feiteira.

A relação com o Capitão João Campos Branco e a sua família consolidou-se quando Bento Marques Cristo casou o seu filho João Correia da Fonseca com uma das filhas do referido capitão⁵⁰ (árvore genealógica n° 5/C).

João Correia da Fonseca, desde cedo, assumiu protagonismo - primeiro alferes de Ordenanças, foi, segundo as fontes, capitão pelo menos desde 1770⁵¹. Posto que acumulou com o exercício do cargo de juiz Ordinário (1795), com o de escrivão da irmandade do Santíssimo Sacramento (1792) e com o de repartidor das Sisas dos Bens de Raiz (1804). Em 1777, procurou ser eleito capitão mor e em 1794, tentou o posto de sargento mor, sem, no entanto ter sido o escolhido para qualquer um dos cargos. Nessa ocasião, a Acta da Vereação descreve-o como um homem que “...*tinha vindo a servir a mesma companhia*”

⁴⁹ Todos testemunhas a favor de Bento do Cristo nas inquirições levadas a cabo para averiguar a ocorrência. AUC, Mosteiro de Santa Maria de Celas, maço 52.

⁵⁰ Falamos de Bernarda Teresa de Campos. O casamento realizou-se em 15 de Maio de 1765. AUC, *Registos Paroquiais da Freguesia de Eiras, Casamentos*, assento de 15 de Maio de 1765.

⁵¹ Até 1770, vem designado nos registos paroquiais como alferes.

*com geral aceitação dos povos há mais de vinte anos, sendo o mais antigo [militar]; de idade de cinquenta e seis e com uma abonação de sete para outro mil cruzados [...]; he honrado e de bom tratamento*⁵².

Estes cargos foram também ocupados pelo filho que mais de perto seguiu as suas pisadas - João Correia da Fonseca e Campos, alferes de Ordenanças, juiz Ordinário de Eiras em 1804 e almotacé em 1805. O jovem, como já tivemos oportunidade de mencionar, contraiu matrimónio com uma neta do Dr. Manuel Álvares da Cruz, ligando a antiga família de Bento Marques do Cristo à recente, mas influente, família do médico do Partido do Rei em Eiras.

Mas, Bento Marques do Cristo teve um outro filho, Manuel Correia da Fonseca, que havia ingressado na esfera eclesiástica, sendo, já em 1768, Secretário do Santo Ofício de Coimbra. A herança do pai, falecido em 1757, e o cargo que desempenhava permitiram que acumulasse um património avultado que acabou por doar ao seu sobrinho e afillhado o Dr. Manuel Correia da Fonseca⁵³ (árvore genealógica n°5). O Dr. Manuel Correia da Fonseca desposou uma das filhas do Dr. António Luís da Costa Pacheco, D. Teresa Angélica Claudina Maia Pacheco e, ao contrário do seu irmão, não assumiu nenhum cargo na comunidade.

d) Os Alvares do Amaral

Esta família da elite de Eiras, ao contrário das anteriormente analisadas, foi fundada por um elemento exterior à comunidade - Manuel Álvares da Cruz, natural da localidade de Mainça, freguesia de S. João de Santa Cruz. Este médico, casado com D. Rita Josefa do Amaral, filha legitimada do Vigário de Souselas, Bernardo Amaral Cunha, fixou-se na vila em meados dos anos 40 do século XVIII, exercendo o seu ofício no âmbito do lugar do Partido Médico⁵⁴. É já em Eiras, em 1746, que nasce o seu primeiro filho, João, que veio a falecer no ano seguinte⁵⁵. O agregado familiar do Dr. Manuel e D. Rita, era constituído por seis filhos (um deles, como referimos, falecido ainda criança) - João, João Álvares do Amaral, Maria do Rosário Álvares do Amaral, António, Manuel e Mariana (árvore genealógica n° 6). Os jovens tiveram como padrinhos figuras importantes da comunidade como o Cónego António de Campos Branco, o Reverendo Bento Fonseca Correia, ou o futuro secretário de Estado, José Seabra

⁵² AHMC, *Actas e Termos da Vereação da Câmara de Eiras*, 1794, fl. 17v.

⁵³ A doação era constituída por um avultado património em bens fundiários em Eiras e seus limites e no Campos do Bolão. Cf. Ana Isabel Ribeiro, *Op. cit.*, pp. 207-209

⁵⁴ Que lhe garantia um rendimento anual de 80.000 réis.

⁵⁵ AUC, *Registos Paroquiais de Eiras, Óbitos*, assento de 15 de Outubro de 1747.

da Silva, à data escolhido por ser filho do lente Lucas Seabra da Silva, importante proprietário de terra em Eiras⁵⁶. Como padrinhos dos outros filhos aparecem também o Dr. Bento Barros de Lima, lente de Leis na Universidade, Frei Diogo de Almeida, religioso do Colégio de S. Bernardo de Coimbra ou o Dr. José de Sousa Araújo, homem de leis⁵⁷. Para além da constituição de laços de parentesco espiritual com alguns dos notáveis de Eiras, a integração do médico na comunidade foi feita através de compra de terra que lhe permitiu constituir um importante património fundiário que passou a administrar afastando-se cada vez mais da sua profissão⁵⁸. Entre 1776 e 1783 realizou compras de terra em Eiras e no Campo da Pedrulha que ascenderam a mais de um conto de réis⁵⁹. À data da sua morte, que ocorreu em 1794, os seu filho mais velho, João Álvares do Amaral, como tutor dos seus irmãos, passou a controlar um património avaliado em 18.000 cruzados⁶⁰.

João Álvares do Amaral, bacharel em Cânones, aspirou desde cedo ao postos mais elevados da esfera militar - em 1794 esteve presente nas eleições para capitão de Ordenança e para sargento mor, tendo sido preterido para outras figuras da comunidade. Apesar de abonado, faltava-lhe esposa e, sobretudo, tradição familiar do exercício deste tipo de cargos⁶¹. Tal como seu pai, nunca exerceu cargos na administração municipal, estando, no entanto, bem presente na esfera fiscal (foi durante vários anos depositário das Sisas dos Bens de Raiz⁶²) e nas confrarias e irmandades de Eiras (juiz da irmandade do Santíssimo Sacramento entre 1792 e 1794 e mordomo da confraria de Nossa Senhora do Rosário entre 1780-1781 e 1800-1801). Coube à sua irmã, D. Maria do Rosário Amaral alargar a influência da família através do casamento com o alferes Manuel dos Santos Lopes Bemardes, natural do Logo de Deus, irmão do vigário

⁵⁶ José Seabra da Silva apadrinhou Maria do Rosário que foi baptizada em 5 de Setembro de 1759. AUC, *Registos Paroquiais da Freguesia de Eiras, Baptismos*, assento de 5 de Setembro de 1759.

⁵⁷ AUC, *Registos Paroquiais da Freguesia de Eiras, Baptismos*, assentos de 16 de Outubro de 1746, de 25 de Fevereiro de 1754 e de 30 de Novembro de 1756.

⁵⁸ Em 1789, o Dr. Manuel Álvares da Cruz cedeu ao Dr. António Luís da Costa Pacheco todos os partidos fora da vila de Eiras, isto é, todas as visitas que deveria fazer fora da vila. O Dr. António Luís obrigava-se a entregar-lhe duas partes de todo o rendimento auferido nessas visitas. Cf. AUC, *Livro de Notas de Pascoal Gavino (1788-1789)*, ffs. 189v-192.

⁵⁹ Só as propriedades que comprou às religiosas de Santa Teresa no campo da Pedrulha custaram 800.000 réis. AUC, *Livro de Notas de António Gavino*, escritura de 27 de Maio de 1776, ffs. 82v-87v.

⁶⁰ AHMC, *Actas e Termos da Vereação da Câmara de Eiras*, 1794, ffs. 6v-7.

⁶¹ *Idem*, fl. 10v.

⁶² Entre 1781-1782, 1794-1801 e 1803.

de Brasfemes, Joaquim Vimieiro Lopes. Desta união resultaram 3 filhos (dois rapazes e uma rapariga), acabando uma das filhas, D. Maria Joana Alvares do Amaral Lopes Bemardes, por contrair matrimónio com João Correia Fonseca de Campos, filho do capitão João Correia da Fonseca e neto do capitão João de Campos Branco - a família Amaral, com pouca tradição na terra, conseguia, através de um casamento, ligar-se a duas das principais famílias de Eiras, abrindo aos seus descendentes a possibilidade de exercer cargos de maior relevância, geradores de mais prestígio e poder.

5. Conclusão: estratégias de ascensão, consolidação e reprodução social da elite

Esta pequena incursão nas redes de parentela da elite de Eiras permitiu-nos detectar alguns padrões que poderão clarificar a dinâmica social, pelo menos, ao nível dos estratos mais importantes da comunidade. Observamos que a posição das famílias mais relevantes se vai consolidando com o caminhar das gerações, ao mesmo tempo que os laços de sangue e os parentescos espirituais, decorrentes dos apadrinhamentos, se vão estreitando. Esta situação está profundamente ligada às alianças matrimoniais que sublinham uma homogamia social⁶³ - procurava-se noiva ou noivo dentro do mesmo estrato social o que, ao fim de algumas gerações, significava procurar parceiro matrimonial na parentela mais ou menos afastada. Nos casamentos que então se concretizaram transparece a vontade de unir pelo sangue famílias que já mantinham relações, visto exercerem o mesmo tipo de cargos na administração municipal e nas confrarias. Esses cargos, electivos e não patrimoniais dependiam, na lógica da sua apropriação, do prestígio desses indivíduos na comunidade, prestígio esse que podia ser aferido, por exemplo, pelos apadrinhamentos que foram solicitados a fazer. No entanto, também parece ser claro que, uma vez na posse da família o cargo mantinha-se no seio, transitando entre gerações - este fenómeno é particularmente visível no caso dos cargos militares.

Um outro elemento importante na afirmação destas elites é a propriedade. O acesso privilegiado à terra apresentava-se como um capital fundamental nas relações sociais. Através dela se mostrava estatuto (por exemplo explorando propriedades no Bolão, onde a terra só era acessível a alguns), se conseguia aceitação na comunidade através do investimento na construção de um património

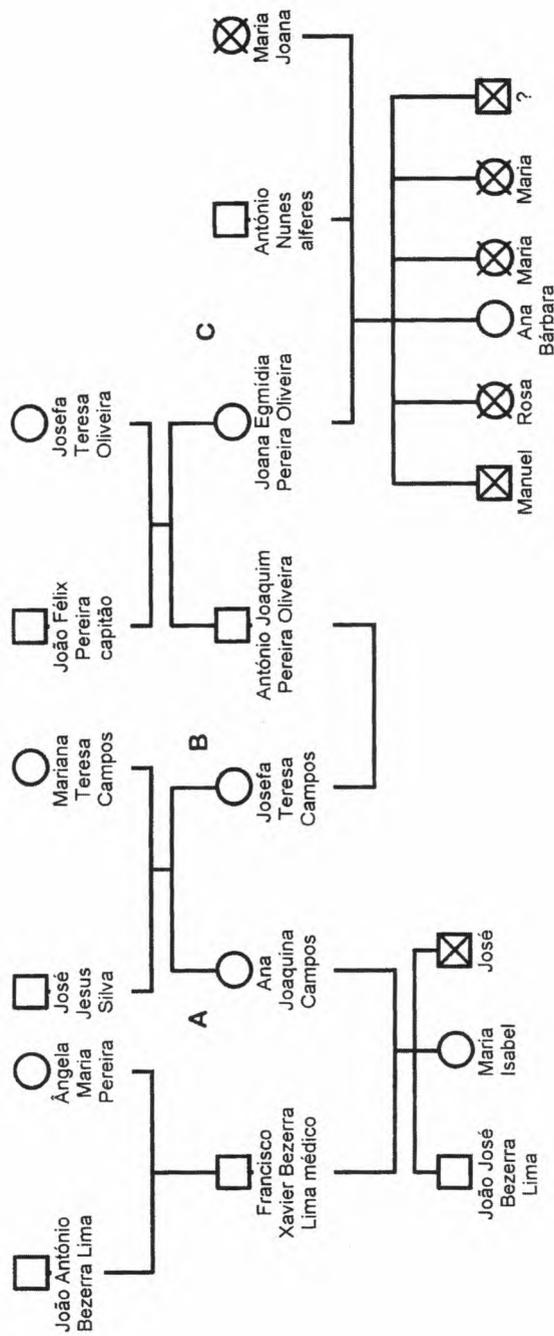
⁶³ Sobre o conceito de homogamia e endogamia ver José Damião Rodrigues, *Poder Municipal e Oligarquias Urbanas. Ponta Delgada no Século XVII, cit.*, pp. 135-137.

fundiário local (relembremos os casos do Manuel Álvares da Cruz ou Antonio Nunes) ou se estabeleciam relações de matriz clientelar com foreiros e trabalhadores agrícolas. Mas, sobretudo, era através da sua posse e exploração que surgiam os rendimentos que permitiam às elites “viver das suas fazendas”, com “trato de nobreza”, condições fundamentais para obtenção dos cargos importantes na comunidade.

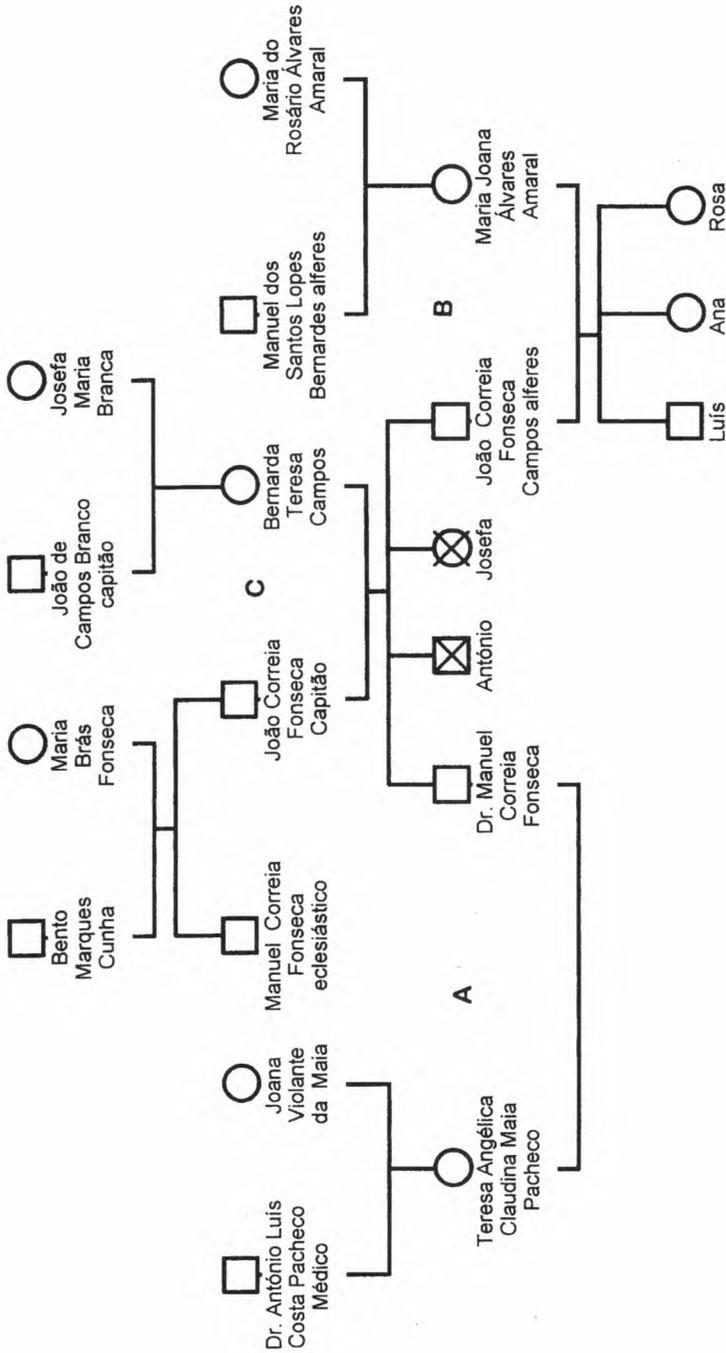
Alianças matrimoniais, apropriação de cargos e ofícios locais, constituição de património fundiários eram, pois, as estratégias de consolidação de poder da elite de Eiras. Para além destas, e como instrumentos privilegiados de reforço de poder e fortuna estavam os cargos eclesiásticos. A sua apropriação, exterior à comunidade, era difícil mas extremamente compensatória, tomando filhos segundos, destinados a obter apenas mais uma fatia da herança familiar, em protagonistas à volta dos quais gravitavam pessoas que visam aceder ao recursos que os seus cargos geram - o Cónego António de Campos Branco é, sem dúvida o melhor exemplo deste fenómeno. Foram os eclesiásticos, com estudos superiores⁶⁴, colados em importantes benefícios, que efectuaram os mais importantes trajectos sociais ascensionais, rompendo as limitações inerentes à sua condição de filhos de elite, mas apenas de uma elite local, para se afirmarem em contextos sociais exteriores à sua comunidade de origem.

A ascensão social era, assim, possível desde que se reunissem os instrumentos necessários para a operacionalizar, o que poderia ser tarefa de mais do que uma geração. Adquirir terra, afastar-se do trabalho manual e da condição de trabalhador ou mesteiral, exercer cargos que garantissem visibilidade e reconhecimento social, estabelecer relações de proximidade com os estratos sociais locais mais cotados (solicitando, por exemplo, a esses indivíduos que apadrinhassem os seus filhos), colocar um filho na vida eclesiástica ou nos estudos superiores e esperar que uma filha ou outro filho conseguisse uma aliança matrimonial numa dessas família de elite e passasse a integrar os circuitos que facilitavam a obtenção de cargos e a acumulação de propriedade. Depois caberia às gerações seguintes aumentar o património, manter o exercício de cargos na família, consolidar relações com as outros grupos familiares importantes através de casamentos e apadrinhamentos e cultivar, nos estratos inferiores da sociedade, relações de clientela e dependência, reproduzindo e afinando os mecanismos que lhes haviam garantido o seu lugar no tecido social local.

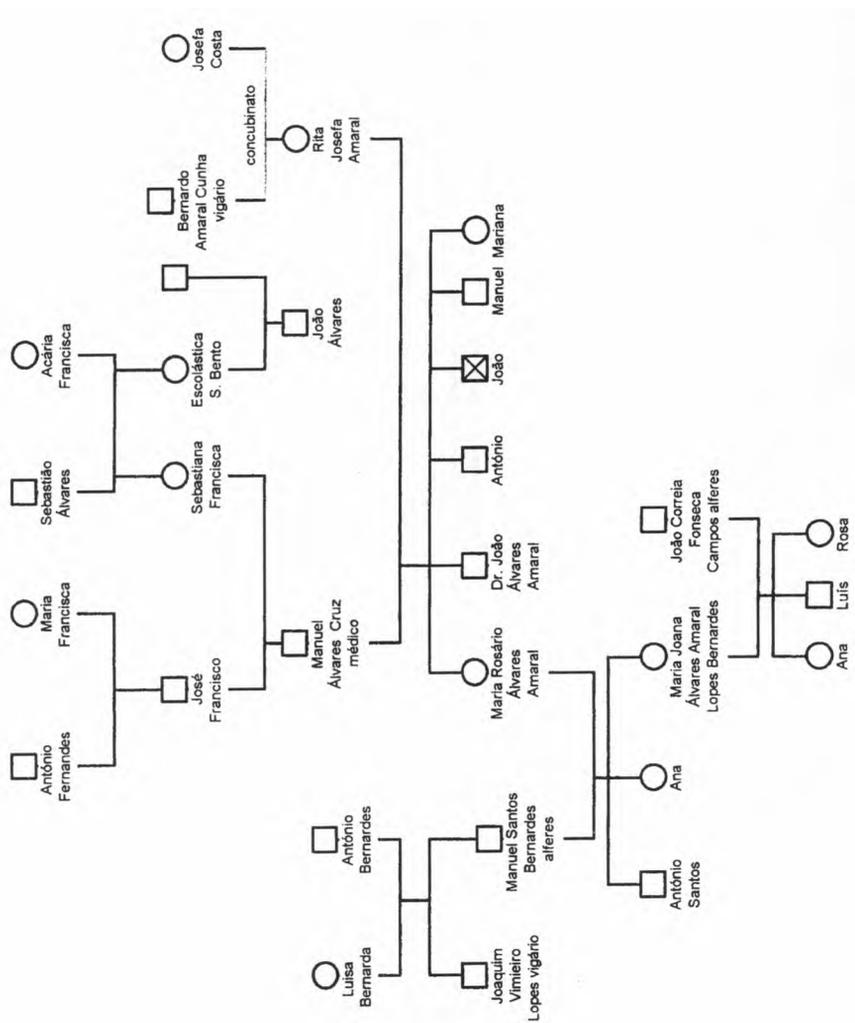
⁶⁴ Ao contrário do que acontece noutros espaços, em Eiras, no período analisado, os estudos superiores, não conduzem a cargos, por exemplo na magistratura régia, que poderiam potenciar percursos de ascensão no seio e fora da comunidade.



3. Ligações matrimoniais da família Campos Branco (com as famílias Marques Oliveira e Bezerra de Lima)



5. Família Correia da Fonseca



5. Família Álvaro Amarel